

## CONFERÊNCIA

### O ESPÍRITO DE CRISTIANISMO NA EPOPÉIA HENRIQUINA (\*).

Estamos em 1960. E êste ano é um marco na História de Portugal. E também na História do Brasil. E ainda na História marítima universal.

E agora neste ano de 1960, podemos procurar, nas brumas do passado uma efeméride de suma importância para a história da humanidade. Esta efeméride lá está, única, singular, ímpar e solitária. E' ela o 4 de março de 1394.

E nesse dia longínquo, há quinhentos e sessenta e seis anos, nasceu o Infante D. Henrique, quarto filho dos reis portugueses D. João I e Da. Filipa de Lancastre. E o nascimento se deu na cidade do Pôrto.

Estava-se, agora, em Portugal, sob a dinastia de Aviz. E à esta dinastia **“foi cometida a tarefa de dar a um povo arruinado a orientação que lhe faltava, restabelecendo a confiança, inspirando novos ideais”**.

Afirma Elaine de Sanceau que **“o reinado de D. João, de Boa Memória, foi mais importante na história da Europa do que êle podia ter sonhado, pois foi êste o período que preparou Portugal para o seu grande século.**

**E D. João e Da. Felipa de Lancastre fizeram ainda mais. E' a êles que o mundo deve o homem que havia de dirigir os portugueses por caminhos que nação alguma trilhara ainda, e instaurar na terra uma nova idade”**.

E porque, neste ano de 1960, trancorre o quinto centenário do falecimento de D. Henrique, o Navegador, os povos lusitanos, como os de origem lusitana, estão agitados, estão alvoraçados e querem marcar o acontecimento com comemorações empolgantes, bem dignas do ano que agora, e para todo o Universo, é chamado o **“Ano Henriquino”**.

(\*) — Palestra proferida em 22-8-1960, ao ensejo da sessão solene promovida pela Comissão Espírito-Santense de Folclore, em homenagem ao Infante D. Henrique (Nota da Redação).

Referindo-se a essas empolgantes festividades registra “O Globo” de 23 de julho último, que **“não se trata de uma solenidade como tantas em que de vez em quando se relembra um acontecimento ou um vulto do passado. Do mesmo modo, a glória do filho de D. João I não constitui exclusivo patrimônio lusíada. A magnitude de sua obra, suas proporções ciclópicas em face dos parcos recursos e conhecimentos do tempo, assim como seus efeitos, fizeram do Príncipe uma das mais altas e generosas figuras da humanidade”**.

E em 4 de março do corrente ano iniciaram-se, em Portugal, as comemorações henriquinas com um solene “Te Deum” nos Jerônimos, sessão magna na Assembléia Nacional, celebração do Dia da Marinha e do Descobrimento do Brasil.

Conferências têm sido proferidas em universidades e institutos portugueses; também têm sido inauguradas estátuas, museus e exposições em Lisboa, Pôrto, Funchal, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

O ponto alto destas solenidades está situado entre os dias 3 e 10 do corrente mês de agosto.

Hoje, para júbilo de todos os que falam a língua de Camões, foi inaugurado o Monumento dos Descobrimentos. E a esta solenidade estava presente o Brasil, na pessoa de seu primeiro mandatário — o Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira.

Não era possível, neste dia auspicioso, a ausência do Brasil, a sua omissão.

Daí porque um jornalista patricio já escreveu — **“se nenhuma nação pode faltar no mês vindouro ao encôntro de Sages — e lá estarão tôdas, inclusive as Repúblicas dêste hemisfério — menos ainda o Brasil, por fazer parte do mundo descoberto pelos portugueses e por achar-se intimamente ligado à Mãe Pátria pelo sangue, a tradição, a identidade de idioma, a formação espiritual, a Fé, o sentimento comum ao Ocidente. E também — convém tornar bem claro — não só pelas imposições do presente como pelas do futuro”**.

Fenícia européia, bem cedo compreendeu o velho Portugal que a extensão do seu litoral e a pobreza do seu solo apontavam-lhe o Atlântico, indicavam-lhe o Mar Tenebroso como o palco natural, onde teria de escrever tôda a história de um destino pré-determinado.

Portugal, é hoje fato incontestável e incontestado, foi o cadinho minúsculo de que se utilizou o Senhor dos mundos, para vencer infiéis, dilatar a fé e espalhar os ensinamentos do Suave Nazareno nas mais recônditas ravinas da terra, nas mais distantes e selvagens paragens.

A história lusitana está sempre marcada pela fé, está sempre assinalada pelo signo da Cruz.

Assim quando, pelos idos de 1384, Castela assolou a nação portuguesa, ameaçando-a por todos os lados, D. João I não tem um instante de vacilação. Defender a pátria, lutar e morrer por ela era o pensamento que o empolgava. E resistiu, corajosamente, ao vultoso número de soldados espanhóis que o atacavam. Pressentindo que violenta batalha se travaria, promete edificar majestoso templo em homenagem à Virgem se a vitória lhe sorrisse. Naquele 14 de agosto de 1385, possivelmente, no limiar da pelêja, em Aljubarrota, os generais portugueses, desconhecendo a promessa, não poderiam supor que trinta mil castelhanos fôsem derrotados por seis mil e quinhentos portugueses.

E o rei português, fiel à promessa feita, reconhecido à proteção da Mãe de Deus, vitorioso na batalha de Aljubarrota, cumpriu o voto e mandou construir o mosteiro da Batalha.

Afirma Joaquim Ferreira, em sua História de Portugal — “o mosteiro de Santa Maria da Vitória é digno da grandeza trágica das pelejas ali disputadas. Símbolo da independência nacional e da coragem inflexível dos portugueses nas lutas contra o invasor, a imponência das suas linhas ressalta da charneca numa aleluia de pedra cinzelada, a recordar ao viandante que foi naqueles êrmos a batalha mais dramática da história pátria a batalha que radicou para sempre a autonomia de Portugal”.

E há de ser, sempre assim, a história da pátria de Camões.

Ela andarà sempre, de mãos dadas, com a fé e com a cruz. Converter infiéis, pregar o cristianismo será, por todo o sempre, a preocupação dos habitantes do Condado Portucalense.

D. Henrique, o Navegador, não discreparia de seu progenitor, nem desmentiria a trajetória seguida por antepassados seus.

O cronista Azurara enumera as “cinco razões porque o senhor infante foi movido de mandar buscar as terras da Guiné, e que são:

1a. — O desejo de saber a verdade (“aver de todo manifesta certidão”) do que haveria para além das Canárias e do Cabo Bojador — donde nada ao certo se conhecia;

2a. — Averiguar se dessas terras se poderiam trazer para Portugal “muitas mercadorias que haveriam de bom mercado”, exportando-se para lá os produtos portugueses “cujo tráfico trizeria grande proveito aos naturais”;

3a. — “Conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis (os mouros)”;

4a. — “Saber se achariam em aquelas partes alguns principais cristãos que o quisessem ajudar contra aquêles inimigos da fé”;

5a. “Desêjo de acrescentar em a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela tôdas as almas que se quisessem salvar”.

Das razões, ora enumeradas, verifica-se que as quarta e quinta refletem o interêsse religioso do Infante, nesse movimento marítimo de que êle seria o criador e a alavanca máxima.

Sem dúvida, como acentua A. Martins Afonso, em sua **História da Civilização Portuguêsa**, as expedições henriquinas se caracterizam pelo **espírito de cruzada**, a despeito de ter sido extinta, em 1312, a Ordem dos Templários, na Europa Central.

Mas, se 1312 marca o eclipse da Ordem dos Templários, 1319 assinala a fundação, em Portugal, por D. Diniz, da Ordem de Cristo, para a qual foram transferidos os bens dos Templários.

Da Ordem de Cristo, em Portugal, foi o Infante, mais tarde, administrador e governador; as expedições marítimas foram, então, custeadas com os capitais da Ordem dos Cavaleiros de Cristo.

Agora ia-se investir a África, ia-se combater a mouraima, ia-se fazer uma “**guerra de liberdade e de religião**” contra os seguidores de Maomé.

À nenhuma expedição faltou o amparo da Igreja; à nenhuma expedição faltou o sentido religioso.

E não fôra assim, indulgências não seriam concedidas aos expedicionários de Ceuta; e também Martinho V não teria expedido a bula **Sano Charissimus** concedendo indulgências de Cruzada a todos os que ajudassem D. João I, nas campanhas da África; e outras bulas de Cruzada surgiriam, como a de 1455, intitulada **Romanus Pontifex**, de Nicolau V, na qual D. Henrique é chamado seu “**dileto filho**” e “**intrépido soldado de Cristo**”, reconhecendo aos Reis de Portugal o senhorio dos mares e terras descobertas e por descobrir.

Em 1456 é o Papa Calixto III, que vem confirmar a bula de Nicolau V, concedendo à Ordem de Cristo jurisdição espiritual sôbre os referidos territórios.

Está, destarte, bem visível o sentido religioso, o sentido espiritual da epopéia henriquina. E não fôra isso, não estariam os missionários sempre participando de tôdas aquelas expedições.

E o sentido religioso da epopéia henriquina encontra o seu nascente, na cruzada de Ceuta, aparecendo, visível e incontestável, em 1437, quando da investida contra Tânger, esta guerra santa acalentada e inspirada pelo Infante D. Fernando.

Em recente estudo sôbre D. Henrique, o Irmão João de Deus, F. M. S. acentua que a tomada de Ceuta, aos mouros, seria “além do mais, seria um serviço prestado à causa da fé”.

E também preleciona Alfredo Pimenta, em *Elementos de História de Portugal*, que “os portugueses do século XV não eram pagãos nem espíritos paganizáveis: eram cristãos com três séculos de lutas contra a mouraima — ou seja contra o inimigo de sua Fé. O conceito que tinham da sua posição perante Deus, difficilmente apreciável para os tempos de hoje, descristianizados e indiferentistas, explica, melhor do que qualquer outra causa, tudo o que fizeram — conquistando e descobrindo.

Não é a ler e a estudar os críticos e os comentadores de hoje, que põem nas suas críticas e nos seus comentários o seu pensamento e os seus critérios, que nós podemos compreender os atos dos portugueses da época dos descobrimentos: é a ler e a estudar as Crônicas e os documentos coevos”.

Partindo dessa premissa, mostra o Irmão João de Jesus, F. M. S., que “com tais qualidades morais e, em tal ambiente, D. Henrique só podia ser o que foi: um soldado a serviço da Igreja, enquanto êle próprio se esforçava por se tornar um bom e autêntico cristão”.

Em seu tempo, conquistando Ceuta, chegando a Pôrto Santo, colonizando a Madeira, as Canárias, os Açores e Cabo Verde, dobrando o Cabo Bojador, descansando em Gâmbia, o Infante Navegador dilatou a raça lusitana e converteu almas para o Senhor, fascinado sempre pelo mistério do mar, tão povoado de lendas e de fantasmas, de sereias e de monstros.

Era o visionário, o sonhador, o místico, sempre empolgado de sua fé, a partir para Tânger que D. Fernando, o Infante Santo, julgou prêsa fácil, e que lhe foi dolorosa caminhada para a morte gloriosa.

Tânger é, também, um marco que assinala o sentido religioso da obra e da vida de D. Henrique.

Nada fêz com que êle renunciasse à Ceuta, a fim de libertar D. Fernando, em cativo, às mãos de Sala-Ben-Sala, o rei mouro.

A Cruz, com os seus ensinamentos, teria de ser levada a todos os cantos da terra. D. Henrique foi o vínculo do Senhor, para essa Cruzada dos tempos modernos.

Hoje, passados quinhentos de sua morte, todos o enaltecem, todos proclamam que **“não fôsse a ação henriquina e, talvez a Europa não seria o que é hoje”**. E acrescenta-se — não fôsse a ação henriquina, bem possível é que o Islã dominasse tôda a face da terra.

Ao expirar, naquele longínquo 1460, o Navegador, sem dúvida, que fechara os olhos para a vida, com serenidade e de alma tranqüilla, pois **“ao mundo deu novos mundos e a Deus novas almas cristãs”**.

**NELSON ABEL DE ALMEIDA**